



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012394-17.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Guilherme Henrique dos Santos**
 Requerido: **Osmar Serra**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

De início, considerando o teor dos documentos de fls. 56/58 e atento aos princípios informadores do Juizado Especial Cível, tomo como viável a análise da contestação de fls. 37/45, ressalvando que a matéria preliminar nela arguida se confunde com o mérito e como tal será apreciada.

Existem nos autos duas versões a propósito da colisão noticiada.

De um lado, sustenta o autor que o réu trafegava à frente de sua motocicleta e em dado momento, ao efetuar uma conversão à esquerda sem acionar a sinalização de seta, cortou sua trajetória, dando causa ao embate.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

De outro, esclareceu o réu que dirigia com todas as cautelas e que, após avisar que faria uma curva à esquerda com a respectiva seta, foi atingido pela motocicleta do autor – que desenvolvia alta velocidade – na parte traseira de seu automóvel.

Diante desse cenário, seria imprescindível a colheita de provas que evidenciassem qual foi a verdadeira dinâmica dos fatos em pauta, mas isso não sucedeu.

Com efeito, inexistente prova documental consistente que corrobore o que assentaram as partes, cumprindo ressaltar que o Boletim de Ocorrência de fls. 06/08 foi confeccionado a partir do relato unilateral do autor.

As partes, ademais, não demonstraram interesse no alargamento da dilação probatória (fls. 64, 67 e 68).

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que inexistente suporte seguro para o acolhimento da explicação de uma parte em detrimento da outra ou para que uma preponderasse sobre a outra.

Não se positivou se o evento resultou da falta de cuidados do autor ou do réu (ou que atinasse a colisão traseira), além de não poder-se descartar até mesmo a culpa concorrente de ambos.

Em suma, e à míngua de provas satisfatórias, impõe-se a rejeição da ação e do pedido contraposto.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** a ação e o pedido contraposto, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 15 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**